

15ª
edição**Sociabilidades pela proteção da natureza: A rede de relações de Henrique Luiz Roessler**

Por Elenita Malta Pereira

Email: elenitamalta@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES

Resumo: O presente artigo aborda a rede de relações tecida por Henrique Luiz Roessler, personagem que se dedicou à proteção da natureza no Rio Grande do Sul, entre os anos 1939-1963. O objetivo é realizar o mapeamento dessa rede de relações, através da análise de parte da correspondência trocada por Roessler durante sua atuação profissional, nos cargos de Delegado Florestal e Fiscal de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura. A prática da correspondência com autoridades e colaboradores permitiu o apoio necessário para que ele superasse momentos difíceis em sua trajetória, sendo decisiva na continuidade de seu projeto de proteção à natureza no Estado.

Palavras-chave: Henrique Luiz Roessler; rede de relações; proteção à natureza no Rio Grande do Sul.

Abstract: This article deals with the network of relationships woven by Henrique Luiz Roessler, a figure that is dedicated to the protection of nature in the State of Rio Grande do Sul, between the years 1939-1963. The goal is to make the mapping of the network of relations, through the analysis of part of correspondence by Roessler during their professional activity, in positions of Delegate Forestry and Tax of Hunting and Fishing of the Ministry of Agriculture. The practice of correspondence with the authorities and collaborators has enabled the support necessary for that he would surpass difficult moments in his career, being decisive in the continuity of his project for protecting nature in the State.

Key-Words: Henrique Luiz Roessler; network of relations; protection of nature in the Rio Grande do Sul.

Introdução

Henrique Luiz Roessler (1896-1963)[1] teve uma trajetória marcada por um projeto de proteção à natureza que, sediado em São Leopoldo (região metropolitana de Porto Alegre), estendia-se para várias cidades do Rio Grande do Sul. Sua atuação prática se deu, primeiramente, através de cargos federais. Capataz do Rio dos Sinos, da Marinha, em São Leopoldo, foi empossado Delegado Florestal do Serviço Florestal em 1939 e Fiscal de Caça e Pesca em 1944, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura, não remunerados. Num segundo momento, atuou na entidade que ele mesmo fundou, a União Protetora da Natureza (UPN), em 1955, por meio da qual distribuiu inúmeros panfletos educativo-ambientais e proferiu palestras em escolas. Além disso, publicou mais de 300 crônicas no jornal *Correio do Povo (CP)* [2] sobre questões ambientais brasileiras dos anos 1950-60. Na função de Fiscal, Roessler era informado das contravenções à natureza em todo o Rio Grande do Sul. As mais comuns eram desmatamento, pesca e caça irregulares, principalmente caça de passarinhos. A “passarinhada” era uma prática comum nos municípios da região Nordeste do Estado que receberam imigração de grupos étnicos italianos, e que causou inúmeros conflitos entre Roessler e os caçadores.

O Fiscal defendia que os passarinhos não eram comida e sim necessários ao bom desenvolvimento da lavoura, pois se alimentavam de insetos. Por conta de sua batalha contra os “passarinheiros”, recebeu várias ameaças de morte; foi protagonista de episódios violentos, alvo de uma campanha difamatória na imprensa das cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, bem como de um processo judicial.

Neste artigo, enfoco a rede de relações tecida por Roessler, que ofereceu suporte em momentos decisivos de sua *trajetória* [3], quando ele sofreu um acidente; quando foi processado por caçadores de passarinhos e quando foi destituído dos cargos federais. Veremos que nesses eventos a rede de relações foi extremamente importante, ajudando-o a superar dificuldades e a vencer disputas. Nesse sentido, a troca de correspondência foi uma *tática* [4] fundamental.

Segundo Michel Foucault, a correspondência é uma das formas da “escrita de si”, pois, ao escrevermos ao outro, falamos de nós para nós mesmos também; “a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe”[5]. Além disso, a carta confere presença, quem escreve fica próximo do destinatário, na leitura e releituras, ela proporciona um “face-a-face”.

A carta é planejada, pensada por alguém, que a escreve em função do outro, que vai recebê-la. Angela de Castro Gomes entende que a troca de correspondências é “uma prática eminentemente relacional”, e constata que, ao mesmo tempo em que confere presença, como percebeu Foucault, a troca de cartas “ressalta os múltiplos distanciamentos constitutivos dessa prática cultural”, tais como a distância no tempo e no espaço entre quem escreve e quem lê, o distanciamento entre o escritor e os acontecimentos narrados, que já estão no passado, e que serão lidos no futuro pelo destinatário. Outro aspecto a observar na correspondência é o “lugar social” de quem escreve, “a posição ocupada pelo missivista, num dado momento, no campo intelectual e político”[6]. No caso da correspondência profissional de Roessler, os lugares estão bem marcados, e é interessante observar que tanto quem escreve quanto quem recebe a carta ocupam um “lugar”, muitas vezes, beneficiando-se deste.

A correspondência aqui analisada pertence ao Arquivo Privado de Henrique Roessler (APHR), guardado pela família em São Leopoldo. O volume de cartas de cunho profissional não é muito grande: dos anos iniciais não restou praticamente nada; a maior parte das correspondências enviadas e recebidas se concentra na década de 1950, especialmente em função dos episódios do acidente em que Roessler perdeu o pé (1952) e do processo judicial (1954-55). Para Ribeiro, o arquivo privado é um meio de preservar-se: os arquivos pessoais podem indicar o “anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota”[7]. Da vida de todo dia, somente alguns papéis ficam, “porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros”. Não arquivamos nossas vidas de qualquer maneira, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”[8].

Acredito que a análise da correspondência que restou pode ser significativa para entendermos, além do funcionamento do cargo de Delegado Florestal, os meandros da rede de relações tecida por Roessler que, nesses momentos críticos de sua trajetória, teve importância fundamental, possibilitando que ele continuasse desenvolvendo seu projeto pessoal. Gilberto Velho entende, a partir de A. Schutz, que projeto “*é a conduta organizada para atingir finalidades específicas*”. Para que essa proposta não seja acusada de racionalista, ele a alia à “noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”[9]. Considero que o trabalho de Roessler pode ser entendido como um projeto de proteger a natureza, inserido no contexto sociocultural da época e lugar em que viveu, o qual lhe oferecia um campo de possibilidades para agir. Dentre as escolhas possíveis, ele conseguiu realizar seu projeto, lidando com o jogo de forças e circunstâncias de seu tempo. Para Velho, na interação entre indivíduo e contexto, desenvolve-se “um processo de definição e negociação da realidade”, em que a elaboração de projetos traz consistência às trajetórias. O projeto de um indivíduo é viável dependendo “do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades”[10].

Haike Silva, a biografia “não se limita, em seus objetivos, à análise da vida de um indivíduo, mas se propõe partir deste para as redes de relações que o envolvem e das quais faz parte”[11]. Sirinelli entende as “redes” como estruturas de sociabilidade[12]. No caso de Roessler, as redes se formaram em função, primeiramente, de seu cargo no Serviço Florestal.

Havia troca de correspondências, envio de cartazes/panfletos, e fiscalizações em que os delegados atuavam em conjunto. Roessler também mantinha correspondência com diversas autoridades políticas, trocando informações e solicitando favores.

Roessler e os Clubes de caça e pesca

Roessler trocava correspondências com representantes de diversos clubes, para orientar quanto às portarias de caça e ao cumprimento dos Códigos de Caça e de Pesca[13]. Ao que as cartas indicam, seu relacionamento com os caçadores profissionais era ótimo. Em missiva de 14 de março de 1952, enviada pela Sociedade Canoense de Caça, Pesca e Tiro a Carlos Costa Meira, os integrantes expressavam repúdio a uma campanha “violenta e inconcebível” que o serviço de fiscalização estaria sofrendo[14], solidarizando-se com “o digno e desprezado funcionário Henrique Luiz Roessler (...), pois sem isso [a fiscalização] que será de nós, os verdadeiros caçadores?”[15]. Podemos perceber que havia uma distinção: os “verdadeiros caçadores”, ou seja, os que cumpriam as leis, que caçavam apenas no período permitido, respeitando o período de reprodução das espécies, bem como somente os animais permitidos; por outro lado, havia os “falsos caçadores”, e que estes não respeitavam portarias, leis, caçando em períodos proibidos assim como espécies não consideradas caça pelos dispositivos legais vigentes.

A Sociedade de Caça e Pesca “Pescador”, de Frederico Westphalen, escolheu Roessler “por unanimidade para Presidente de Honra desta Sociedade”[16]. Mais tarde, em abril de 1954, quando foi constituída a Sociedade de Caça e Pesca de Panambi, na reunião inaugural, Roessler também foi escolhido “Presidente de Honra”, por unanimidade [17]. A relação dele com os “verdadeiros caçadores” era tão boa que foi escolhido como presidente de honra de duas sociedades de caça e pesca no Rio Grande do Sul. Acredito que, além de querer apresentar-se ao Delegado Florestal como uma entidade correta, cujos membros seguiriam as leis, seria muito mais interessante para os novos caçadores manter uma relação cordial com Roessler, o que poderia evitar problemas em “batidas”, ou até mesmo nas permissões para ampliar o período de caça. Isso ocorreu em 1953, quando Walter Tschiedel - advogado de Roessler, no processo judicial de 1954 -, membro do Club de Caçadores e Pescadores de Porto Alegre, agradeceu a ele por “sua preciosa colaboração no sentido de obtermos, como de fato obtivemos, a prorrogação, por 48 horas, da permissão para a caça à perdiz”, o que provocou “grande contentamento entre os caçadores e, ao mesmo tempo, serviu para um melhor entendimento e compreensão entre o Serviço de Caça e Pesca e os caçadores em geral”. Tschiedel esperava que esse “clima de harmonia” continuasse, para que o Club pudesse colaborar com o Serviço, “no sentido de, protegendo a fauna, dar oportunidade aos caçadores e pescadores de exercerem o seu esporte predileto, sem que isso acarrete a destruição das espécies”[18]. Aparece aqui uma troca de favores entre caçadores e fiscalização. Enquanto o Serviço concedia uma prorrogação no prazo da caça, os caçadores se comprometiam a não exterminar as espécies. A harmonia no relacionamento dependia de concessões dos dois lados, o que era muito importante e, no final, contentava ambas as partes. Surpreende que Roessler tenha autorizado uma distensão no prazo para a caça da perdiz - alvo de sua crítica, diversas vezes -, entretanto, podemos considerar 48 horas um período curto e, para garantir a colaboração e “clima de harmonia” com os caçadores responsáveis, ele deve ter avaliado que valia a pena uma concessão. Outra possibilidade é que a eleição de Roessler como presidente de honra de algumas entidades também tivesse como objetivo atingir sua vaidade, o que poderia abrandar seu ímpeto fiscalizador.

Amigos nos momentos difíceis

Na trajetória de Roessler, destaco dois episódios em que a colaboração de sua rede de relações foi fundamental. Foram dois momentos bastante difíceis, que seriam recuperados por ele, ao longo da vida e por seus admiradores, depois de sua morte, na construção das memórias em torno de sua figura. O primeiro episódio foi um acidente de automóvel, na estrada entre as cidades de Farroupilha e Bento Gonçalves, em 1952; o segundo, um processo judicial movido contra ele por caçadores de passarinhos em 1954.

O acidente foi tão grave, que o pé direito teve que ser amputado e Roessler foi obrigado a ficar 10 meses em repouso, ou seja, sem poder realizar as diligências de fiscalização, o que para ele representava uma tortura. Em virtude do ocorrido, o Fiscal recebeu várias manifestações de apoio de amigos e colegas. No seu arquivo privado, constam 14 telegramas recebidos, nos dias seguintes ao acidente, sete deles foram enviados diretamente para o Hospital Tacchini, em Bento Gonçalves, onde ele ficou internado. Os telegramas lamentavam o desastre e faziam votos pelo “pronto restabelecimento” de Roessler. Destaco dois deles, um de Santo Ângelo, enviado pelo presidente do Clube de Caça e Pesca da cidade, lamentando “grave acidente sofrido prezado amigo Henrique desempenhando espinhosa missão serviço”; no outro, enviado por seu amigo, Tenente Karan, consta “perdeste teu pé cumprimento sagrado dever pt não perdeste porém o conceito e dignidade perante os homens que te farão justiça”. O trabalho de Roessler é tratado como uma *missão*, como um *dever sagrado*, pela proteção da natureza.

Roessler passou a usar uma prótese mecânica, que provocava fortes dores, no entanto, possibilitaria que ele desse andamento às fiscalizações, meses mais tarde, quando voltou à ativa. Mesmo depois de sofrer o acidente, não perdeu o ânimo para dar seguimento a seu projeto de defender a natureza, o que foi motivo de admiração em sua rede de relações. Luciano Pereira da Silva (ex- presidente do Conselho Florestal) afirmou que “essa lamentável ocorrência” não afetou “o seu entusiasmo pela causa a que vem dedicando, há 14 anos, seus mais ingentes esforços, como é natural nos verdadeiros *pioneiros* [grifo meu]”[19]. Silva agradecia o envio de “expressivos exemplares de Propaganda Educativa sobre Proteção aos recursos naturais da Pátria, lançada por esta Delegacia Florestal Regional”, felicitando-o “pela sua patriótica iniciativa, certamente destinada ao mais completo êxito, eis que idealizada e posta em execução por um *pioneiro* [grifo meu] da envergadura do Delegado Florestal Regional do Rio Grande do Sul”[20]. Aqui podemos constatar duas vezes o epíteto de pioneiro, pelo qual Roessler seria conhecido após sua morte[21].

A propaganda educativa mencionada é o “Juramento de Proteção”, um cartaz que continha desenhos de animais (peixes, pássaros, tatu, ratão, etc) e de uma paisagem da floresta com um rio. No centro, havia o texto do “Juramento”:

JURO SOLENEMENTE como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas suas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra fogo e desolação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais[22].

O “Juramento” foi elaborado no período das “férias forçadas” de Roessler, por conta do acidente. Nos meses em que ficou em repouso, teve tempo para pensar, refletir sobre seus anos de atuação, e isso fez com que ele considerasse necessário lançar uma campanha educativa que abrangesse todos os elementos naturais brasileiros. O texto e os desenhos do cartaz são muito representativos do projeto de Roessler; sua elaboração deve ter sido pensada detalhadamente, porque, em um parágrafo, estão presentes todos os elementos pelos quais ele lutava desde 1939: a proteção às florestas do fogo e do desmatamento; a necessidade de reflorestamento; o cuidado para impedir a poluição dos rios; a necessidade de se impedir o extermínio dos animais (silvestres, aves e peixes), ou seja, o problema da caça e da pesca ilegais. E todo esse compromisso – pois se tratava de um juramento – se dava em nome da Pátria, de um “filho do Brasil”, que se orgulhava das riquezas naturais de seu país. O sentimento patriótico movia o amor à natureza, e deveria estar presente na consciência de todos os cidadãos. Ser nacionalista não era opção na época, e sim a tônica da maioria dos discursos até os anos em que o regime militar vigorou no Brasil[23].

O segundo episódio, como disse, foi um processo judicial movido por dois caçadores de passarinhos. Rico Zanesi e João Boldo compareceram no plantão da Delegacia de Caxias do Sul, às 10 horas da manhã de 29 de março de 1954, para apresentar queixa contra Roessler. Comunicaram que no dia anterior, às 8 horas, foram a uma caçada na localidade de Nossa Senhora da Saúde (interior de Caxias), quando foram espancados “a borrachadas” pelo Fiscal. Foram encaminhados para o médico legista, para perícia médica, que verificou em João Boldo “na região supra escapular esquerda uma mancha, de coloração avermelhada, de um centímetro de largura por três centímetros de comprimento, com leve tumefação difusa subjacente”[24].

Em Rico Zanesi, a lesão foi um pouco maior, também na mesma região do corpo, “uma mancha de coloração vinhosa (esquimose), medindo um centímetro de largura por seis centímetros de comprimento, com leve tumefação difusa subjacente” [25] .

Nos Termos de Declarações iniciais constantes no Inquérito Policial (APHR), os depoimentos de Zanesi e Boldo coincidem no começo, porém, ao longo das falas de cada um, discordam em vários pontos. Ambos afirmam que saíram para caçar lebres “nas imediações de suas casas”, mas como não encontraram lebres, entraram no mato para “dar alguns tiros”. Quando já haviam matado alguns sabiás, apareceu um homem moreno que colocou um revólver no peito dos declarantes (os dois afirmaram o fato). A partir daí, há duas versões para o encontro com Roessler. Zanesi matou apenas uma pomba e um sabiá. Disse que o homem moreno mandou largar a espingarda no chão e que, “nisso chegou um cidadão mancando de uma perna, o qual se identificou como Delegado Regional de Caça e Pesca”. Afirmou que Roessler mandou que se ajoelhasse no próprio local do flagrante e, “naquela posição passou a ser surrado a borrachadas pelo referido senhor”. Ele teria sido o primeiro a ser agredido, antes de João Boldo e “sabia que a caça estava proibida nesta época, porém, ao ver a pomba e o sabiá não resistiu à tentação”[26] .

Boldo, por sua vez, declarou que “foi conduzido até a presença de um senhor que estava num jipe, o qual mancava de uma perna”. Roessler teria segurado o caçador pelo lenço do pescoço, e perguntado quantos passarinhos ele tinha caçado. A resposta foi “uma pomba e cinco sabiás”. O fiscal o conduziu até o jipe, fez com que se ajoelhasse e passou a agredi-lo, dizendo: “um sabiá, dois sabiás, três sabiás”, e assim por diante, até completar o número de aves abatidas pelo caçador[27] .

Roessler relatou sua versão para a polícia, em 02 de abril de 1954, mencionando seu histórico como Delegado Florestal, desde 15 de fevereiro de 1939, que fez inúmeras diligências fiscalizadoras na região, apreendendo armas e caça; em virtude desse seu “zelo para que as leis de caça sejam respeitadas”, não era bem-visto pelos transgressores e que já tinha recebido diversas ameaças “por parte dos caçadores de passarinhos”. Nas diligências, era sempre auxiliado por um motorista e um guarda florestal. Na fiscalização de 28 de março, ouviu tiros, ao se aproximar de um mato; os ocupantes do jipe desembarcaram para verificar o que estava acontecendo. Roessler seguiu pela estrada, por causa da perna artificial, enquanto os dois auxiliares entraram pelo mato. O fiscal caminhava, “quando saltaram de dentro do mato dois caçadores com suas espingardas na mão”, ele se identificou como Delegado de Caça e pediu a entrega das armas. Boldo e Zanesi não obedeceram às ordens e passaram a agredi-lo, um o pegou pelo braço esquerdo e o outro pretendeu bater com “a coronha da arma em sua cabeça”. Como não estava armado de revólver, “mas somente de cassetete”, com esse objeto passou a desferir borrachadas em seus agressores. Em meio à luta, chamou os seus funcionários para virem em seu auxílio, os quais não demoraram muito. Os dois subordinados também não possuíam revólveres, e só passaram a portar arma depois desse atrito[28] .

Os caçadores foram dominados, presos, e recolhidos para o interior do jipe. Roessler afirmou ter lavrado auto de infração e apreensão, os quais foram assinados por Boldo e Zanesi. O grupo iria para a Delegacia de Caxias, para entregar os dois caçadores, quando, no caminho, “apareceu um novo caso de caçadores dando tiros”. Os dois funcionários desceram para averiguar o que se passava, enquanto Roessler ficou com “os dois presos”, que “começaram a implorar ao declarante para não trazê-los para a Delegacia, pois seriam processados, e eles eram gente pobre, com família grande”. O Delegado Florestal teria ficado penalizado e resolveu mantê-los presos dentro do jipe, “até meio dia, para que não fossem avisar outros caçadores”.

Respondendo às acusações de Boldo e Zanesi, o Fiscal disse que não era verdade que tivesse “agredido de borracha (...) obrigando-os a se ajoelharem e desferindo-lhes borrachadas conforme a quantidade de aves abatidas”. No final da declaração, Roessler pediu para esclarecer,

a bem da verdade, que exerce o cargo de Delegado Florestal Regional desde 15 de fevereiro de 1939 (...) sem nenhuma remuneração, com prejuízo da própria atividade de onde retira os proventos destinados à sua subsistência, ou seja a de contador, sendo por isso obrigado a trabalhar à noite, em escritas avulsas. Que (...) faz a fiscalização em todo o território rio-grandense, com ardor patriótico, e com a finalidade de preservar a Flora e a Fauna brasileira, em cuja tarefa já teve oportunidade de ser acidentado, quando em serviço, resultando daí, ter perdido o pé direito e que, apesar disso, não deixou de prestar os seus serviços nesse setor da administração pública. [29]

Passaremos agora a analisar a estratégia de Roessler para se defender das acusações. Como ele saiu “dessa”? Muito antes de receber um mandado judicial (em 09 de junho de 1954, informando da apresentação da denúncia e notificando do prazo de 15 dias para apresentar defesa), e mesmo antes da denúncia ser apresentada, Roessler começou a agir. Esse é um ponto interessante da nossa pesquisa: assim que tomou conhecimento de artigos contra ele na imprensa de Caxias e Bento Gonçalves, publicados a partir de 31 de março[30], lançou mão de uma ampla rede de relações pessoais, através de correspondências em que solicitou apoio, tanto moral quanto financeiro.

Já na primeira quinzena de abril, Roessler enviou um ofício-modelo[31] para sociedades de caça e pesca do Rio Grande do Sul, informando que estava sendo processado, com a narrativa de sua versão do ocorrido (resumidamente, a declaração que acompanhamos acima). Segundo o ofício, uma campanha difamatória estava sendo movida por um clube de caça chamado “São Pelegrino”, que parecia ao missivista “recém-fundado com a finalidade de proteger infratores”. Esse clube publicou um “Apelo aos caçadores” - de passarinhos - da região, para que participassem da campanha que estava começando contra o Fiscal[32]. Roessler pediu ajuda financeira aos clubes de caça, com a justificativa de que estaria sem recursos, e o Serviço de Caça e Pesca não disporia de verbas para ajudá-lo. Além da contribuição em dinheiro, a diretoria do clube, se tivesse interesse em sua permanência como fiscal, poderia enviar ao “Sr. Dr. Carlos Costa Meira, Chefe do Serviço de Caça e Pesca, um pedido nesse sentido, manifestando sua solidariedade contra a campanha que está sendo movida injustamente”, mostrando-se interessada na continuidade da “rigorosa fiscalização que durante 15 anos vinha sendo por mim exercida com tantos sacrifícios”[33].

Roessler pediu ajuda também a policiais, políticos, funcionários do Ministério da Agricultura, bem como a outras pessoas influentes, que ele acreditava serem capazes de colaborar em sua defesa. A partir das respostas recebidas, é possível demarcar mais detalhadamente sua rede de relações. A reação ao apelo de Roessler foi altamente positiva. Ele recebeu vários documentos, cartas, atestados de apoio, de diferentes indivíduos e entidades.

A seguir, apresento uma relação dos apoiadores de Roessler, em tabela por mim formulada:

Cartas de apoio recebidas por Roessler		
Nº	Profissão - Atividade	Local
1	Diretor do Banco do Brasil	Rio de Janeiro-RJ
1	Câmara Municipal	São Leopoldo-RS
2	Delegados de Polícia	Caí - RS; Arroio do Meio-RS.
2	Delegados Florestais	Santa Rosa-RS; Soledade-RS.
1	Prefeito	Passo Fundo-RS
3	Advogados	Farroupilha-RS, S. Leopoldo-RS, Caxias do Sul - RS.
8	Entidades de Caça e Pesca do Rio Grande do Sul	Santa C. do Sul, Santa Rosa, Erechim, Taquara, S. Leopoldo, Ijuí, Panambi, N. Hamburgo.
3	Entidades Diversas: Centro Cívico Cultural, INP, Círculo Gaúcho de Orquídeas.	São Leopoldo-RS
2	S/identificação profissional	São Leopoldo, Santa Maria do Herval-RS.
1	Partido político - PTB	Carazinho-RS

Atestados		
4	Agricultores e empresas com atividade agrícola	Canoas-RS (2), Porto Alegre, Gravataí-RS.
3	Funcionários da Polícia Civil	São Leopoldo, (2) Porto Alegre.
1	Juiz de Direito	Porto Alegre
1	Médico	Porto Alegre

A partir da tabela acima, é possível inferir a variedade da rede de relações de Roessler, naquele momento. Podemos constatar as múltiplas esferas sociais de inserção, bem como o amplo espaço geográfico dessa rede, que incluía, além de diversos municípios gaúchos, a capital do país, na época ainda o Rio de Janeiro. Inclusive, além do diretor do Banco do Brasil mobilizado no Distrito Federal, um telegrama foi enviado para Getúlio Vargas, pedindo que não fossem aceitas “falsas alegações” contra Roessler e, se fosse preciso, que o Presidente mandasse averiguar o caso *in loco*, para reconhecer “o zelo do funcionário que serve à Nação há quinze anos *honoris causa*”[34]. A referência ao caráter patriótico do acusado poderia contar a seu favor, em uma sociedade mergulhada no nacionalismo.

A tabela também permite tecer considerações interessantes sobre as relações de Roessler. Como vimos, ele não era contrário à caça legalizada. Isso se torna ainda mais evidente ao constatarmos que o grupo que enviou o maior número de manifestações de solidariedade foram as sociedades de caça e pesca. Além das cartas demonstrando apoio ao fiscal, encontrei em seu arquivo 11 listas de assinaturas, com colaborações em dinheiro enviadas a Roessler[35]. As entidades ficaram sensibilizadas com o apelo do ofício enviado por ele, contribuindo com um total de 16 mil cruzeiros[36], para ajudar no pagamento do advogado de defesa.

Além das entidades de caça, também há atestados assinados por agricultores, que afirmaram permitir que Roessler exercesse a fiscalização de caça em suas propriedades. Um dos proprietários de uma fazenda em Canoas, a empresa A. J. Renner, atestou que Roessler “sempre exerceu com eficiência e sem qualquer ato de violência ou de arbítrio a sua função pública de zelar pela proibição da caça em nossa fazenda (...) de acordo com as leis e regulamentos em vigor, sendo que a nossa empresa veda terminantemente a caça na referida propriedade”[37]. Podemos inferir que a ação do fiscal convinha aos proprietários de terras, pois, de certa forma, inibiria invasões das propriedades e, em casos de atividade pecuária, até mesmo a morte de gado. Outra constatação importante é a presença de manifestações de funcionários da polícia civil (dois delegados e três de outros cargos), pois Roessler mantinha contato permanente com autoridades policiais, que o acompanhavam eventualmente nas fiscalizações. Também a presença de entidades com diferentes fins (culturais, proteção do pinho e observadores de orquídeas) atesta a variedade das relações mobilizadas pelo fiscal.

Vinte e seis manifestações de apoio foram organizadas em uma certidão, assinada pelo Chefe do Serviço de Caça e Pesca, Carlos Costa Meira. A primeira manifestação citada foi do médico Gildo Russowsky, que reconheceu ter ouvido “de pessoas que merecem a maior confiança elogios à atuação desse fiscal, assim como por várias vezes também escutei recriminações acerbadas sobre o método empregado [por ele]”. Russowsky teve o cuidado de mencionar as versões dos dois lados (os que elogiavam e os que condenavam Roessler); sua atuação não era unânime. Contudo, o médico ponderou que jamais foram apresentadas provas concretas de que ele não agisse de acordo com o Código de Caça e Pesca e terminou solicitando sua permanência no Setor, “mesmo que, caso não possa mais o Sr. Roessler continuar efetuando a fiscalização em virtude de sua saúde, seja o mesmo aproveitado como elemento de gabinete e no serviço de propaganda”[38]. Como médico, a preocupação de Russowsky era a saúde de Roessler, já que ele tinha perdido a perna e apresentava sequelas frequentes. Entretanto, dificilmente Roessler aceitaria uma função de gabinete; mesmo com os problemas de locomoção com a prótese, ele deu um jeito de seguir fiscalizando até os últimos anos de vida. A afirmação de Russowsky, de que nunca foram apresentadas *provas* contra Roessler, é importante, porque indica um dos motivos pelos quais, já em vida, ele pôde constituir-se como um “pioneiro”, e também porque restaram somente discursos positivos na construção de sua memória.

Também o colega Alfeu Tatim Silva, delegado florestal de Soledade, enviou mensagem de apoio a Roessler, ressaltando o cunho patriótico de seu trabalho. Solidarizava-se com “aquele servidor da Pátria, tão digno de veneração dos brasileiros que verdadeiramente amam o Brasil”. Silva lembrou que as atividades de Roessler não eram remuneradas, mas que apesar disso, ele vinha

como um verdadeiro herói anônimo, batalhando na defesa da floresta e da fauna nacional, de que somos nós, os seus comandados, testemunhos do dinamismo e zelo com que as defende. Mutilado que ficou, no exercício dessas funções, em nada arrefeceu seu ânimo, continuando, como continua, sua campanha tão nobre quanto patriótica, só igualada em desinteresse pessoal e méritos, pelos missionários da catequização dos silvícolas. (...). A nosso ver a ação do Sr. Roessler foi legítima, está amparada em Lei pelo Código de Caça, por isso apelamos às autoridades de nossa terra que lhe saibam fazer justiça, o que servirá de estímulo a nós outros que exercemos funções de mesmo gênero, a continuarmos batalhando na defesa dos interesses da Pátria comum. Era este o apelo que pretendia fazer, de acordo com o que dita a minha consciência de colega, subordinado e admirador do Sr. Roessler[39] .

Além de considerar Roessler um “herói anônimo”, um “missionário” [grifos meus], trabalhando “na defesa dos interesses da Pátria” - o que valorizaria seus esforços -, o texto de Silva nos permite entrever o fascínio que o Delegado Regional exercia sobre seus colaboradores. Fontes orais relataram que, apesar de não ser uma pessoa simpática (pelo menos fora do âmbito familiar), sorridente, era como se Roessler inspirasse confiança, segurança e obediência nas pessoas à sua volta[40] .

Doze sociedades de caça e pesca também se manifestaram a favor de Roessler. A Sociedade de Caça e Tiro São Leopoldo ponderava que “a atividade do Sr. Henrique Luiz Roessler, na repressão da caça e pesca ilegal, tem sido das mais benéficas e continua merecendo da nossa Sociedade toda colaboração e apoio (...) jamais chegou ao nosso conhecimento fato algum que tivesse dado motivo justo de queixa contra o serviço de fiscalização exercido pelo referido Delegado Florestal”. A sociedade se considerava no “dever moral” de se manifestar a favor de Roessler, pois tinha “o máximo interesse em que se cumpra e se faça cumprir o Código de Caça, punindo os contraventores na forma da Lei”[41] . Com a caça bem fiscalizada, ou seja, realizada nos períodos e limites permitidos, os “bons caçadores” seriam beneficiados, pois o número de animais disponíveis para o esporte seria bem maior. Era, portanto, do interesse das entidades prestar solidariedade ao fiscal no momento difícil enfrentado por este. O Clube Tiro e Caça Lajeado, e as sociedades de caça de Canoas, Santa Rosa, Santo Ângelo, Taquara, Erechim, Frederico Westphalen, Santa Cruz do Sul, Panambi, Porto Alegre e Novo Hamburgo ressaltaram o caráter abnegado, heroico, “idealista” do trabalho de Roessler, uma “espinhosa missão”, realizando “nobres, moralizadores e eficazes serviços de fiscalização (...) com sacrifícios”[42] .

Dois prefeitos municipais também se solidarizaram com Roessler, utilizando termos muito semelhantes aos já destacados aqui. Tanto o prefeito de São Leopoldo, na ocasião, Germano Hauschild, quanto o de Passo Fundo, Daniel Dipp, referiram-se ao réu como “exemplar funcionário”, “antigo e dedicado servidor público”, esperando que “a Justiça [soubesse] fazer Justiça a um funcionário, o qual em sua longa trajetória jamais praticou atos de violência”[43].

Uma das manifestações mais importantes foi a de Cylon Rosa, na época Diretor do Banco do Brasil. Roessler enviou carta a Rosa solicitando sua ajuda; já havia conseguido grande número de mensagens de apoio, mas faltava “um documento de grande importância nas provas que apresentarei em Juízo. É o de um emérito caçador e influente homem público, cuja palavra vale ouro. É o seu testemunho de que a minha fiscalização tem sido correta e útil”[44] . Como a carta chegou com atraso, Rosa respondeu com um telegrama diretamente para Costa Meira, no qual mencionou que conhecia “o idealismo, critério de honradez e devotamento que caracterizavam o servidor”[45]. Ele se ofereceu para testemunhar a favor de Roessler no processo[46] .

Roessler recebeu também o apoio de um partido político, o PTB, Diretório municipal de Carazinho. O secretário geral, Lourival Vargas, afirmou que “neste município o digno Delegado Florestal Regional tem agido sempre com energia e exaço no cumprimento do seu dever, sem levar em conta posições ou cores partidárias, fazendo todo o possível, com os recursos de que pode dispor, quer diretamente ou por intermédio do Delegado Florestal Municipal”[47] .

O ofício do PTB foi encaminhado a Roessler junto com um bilhete, manuscrito em papel timbrado do diretório, assinado pelo delegado florestal de Carazinho (nome ilegível), comunicando que “quanto ao numerário, posteriormente mandaremos de acordo com o possível”. Roessler deve ter solicitado contribuição em dinheiro para custear o processo, como fez com as sociedades de caça e pesca.

A rede de relações de Roessler no âmbito político não se restringia aos correligionários do PTB; ele se comunicava também com o deputado federal Wolfram Metzler, do Partido de Representação Popular (PRP), para quem afirmou que a campanha difamatória estava sendo dirigida por um radialista, candidato a vereador em Caxias do Sul, o qual percorria a colônia, aliciando elementos multados e que perderam suas armas, conduzindo-os às delegacias de Polícia de Caxias e Bento Gonçalves para se queixarem depois de 60 dias, a fim de conseguir os votos dos colonos assim por ele “protegidos”. Nesse “transe doloroso” de sua vida, Roessler apelava

ao ilustre amigo, defensor das boas causas e do patriotismo nacional, tendo em vista a sua prática e a experiências próprias, por ter sofrido também a injustiça de perseguições e injúrias sem conta [48], para que me aconselhe como devo agir para me salvar dessa horda de raivosos matadores e comedores de passarinhos, que estão me amargurando a vida e que visam o desmoralamento da minha obra de proteção, conseguida a custa de 15 anos de serviços gratuitos com o *sacrifício de todas as minhas economias e de um membro do próprio corpo* [grifo meu] [49].

Metzler falou com pessoas do Ministério, “infelizmente não com o Ministro, que estava ausente (...) para seu conforto pessoal, deveria ter-lhe dado conta de tudo; faço-o tarde, mas espero que o ilustre amigo ainda se dê por satisfeito e que não tenha perdido o ânimo de lutar”. Metzler não chegou a aconselhar Roessler da melhor maneira de sair dos apuros, mas, propôs-se a defender “a boa causa daqueles que, como o Sr, fazem mais do que o estritamente necessário” [50].

Em carta ao Tenente Coronel Mário Fonseca, seu amigo, Roessler também mencionou questões políticas interessantes. Anexos, ele enviou um jornal, a cópia de uma carta anônima [51] e uma poesia, “por cuja leitura ficará conhecendo melhor as qualidades negativas e a índole vingativa de meus gratuitos inimigos, como são todos os comedores de passarinhos”. Roessler estava indignado com a falta de compreensão dos aliados de partido:

Por interesses políticos, apenas alguns votos de “passarinheiros”, anarquizam e desmoralizam um *companheiro*, agente do Serviço Público, que apenas cuidou de cumprir o seu dever funcional. Pensando bem, um funcionário como eu, que fez o que eu estou fazendo durante 15 anos, gratuitamente, sem ônus para o governo, que já ficou *aleijado* no desempenho do serviço de fiscalização, e que insiste em continuar a trabalhar na defesa dos bichos, merece mesmo ser condenado pela Justiça. Estou certo que a legião dos por mim autuados e multados, que ainda perderam suas armas, o conseguirão ao final, porque usam de meios tão imorais e torpes, como os aplicados contra o nosso grande e imortal Presidente, autor dos decretos de proteção à natureza, insuperável idealista que foi acuado por elementos sem entranhas até a morte. O Dr. Pasqualini, homem íntegro e inatacável, acima de todas as sujeiras e barbaridades que estão acontecendo, nada poderá fazer por mim nesses processos engendrados por nossos partidários. [grifos meus] [52].

O tom pessimista ainda suporta certa ironia, apesar do difícil momento porque Roessler passava. Na carta, fica claro que seus oponentes eram seus “companheiros” do PTB, e, por isso mesmo, a mágoa deveria ser ainda maior. A carta foi escrita poucos dias após a morte de Getúlio Vargas, ocorrida em 24 de agosto, com quem Roessler se comparava, sentindo-se também vítima de uma espécie de conspiração. Ele menciona o acidente que o deixou aleijado, ironizando que, depois de tudo que fez pela natureza, e ainda de graça, merecia mesmo ser condenado. A morte de Vargas provocou grande abalo em Roessler, como acarretou em todo o país, entretanto, para ele, era uma dupla derrota, pois além da perda do “grande e imortal Presidente”, perdia o “idealista” que sancionou várias leis de proteção à natureza [53].

A decisão final foi emitida em 19 de novembro de 1955, um ano e meio depois da abertura do processo. O juiz entendeu que os depoimentos de Boldo e Zanesi foram “flagrantemente mentirosos, contraditórios em suas próprias afirmações e entre si. (...) Já a maneira como dizem haver sido espancados – coagidos a se ajoelharem aos pés do verdugo – é suficiente para demonstrar a falsidade de seus depoimentos”. Tal conduta, “própria do tempo dos Césares”, não se ajustaria aos antecedentes do réu. Além disso, Pires não se convenceu com as manchas apresentadas na perícia: pelo relato dos dois caçadores, de que haveriam recebido uma borrachada por passarinho – e

um deles ainda uma na cabeça – as lesões deveriam ser muito maiores, com “vincos esquimóticos”, e não apenas de um centímetro (e nenhuma na cabeça). Pires considerou a versão de Boldo e Zanesi “absurda sob todos os pontos de vista, fantástica e previamente concertada, ajustada aos interesses dos contraventores da região”[54] . Roessler foi, portanto, ABSOLVIDO das acusações[55] . Entretanto, os dois primeiros caçadores ainda apelaram à justiça. Em 25 de outubro de 1956, ocorreu o Acórdão, em Porto Alegre, o qual confirmou a absolvição[57] .

Podemos constatar a importância da rede de relações no sucesso da defesa de Roessler. Através da correspondência, ele mobilizou diversos agentes para prestar declarações e depoimentos a seu favor. Essa estratégia mostrou-se plenamente exitosa, pois envolveu um bom número de manifestações, protagonizadas por personagens relevantes naquele contexto. Como vimos anteriormente, essa tática era sempre utilizada por Roessler nos momentos difíceis. Convém ressaltar a diversidade dessa rede: políticos, policiais, agricultores, etc, porém seus maiores apoiadores eram os próprios caçadores – os “bons”, “verdadeiros” – através de cartas elogiosas enviadas diretamente aos chefes do fiscal e do dinheiro arrecadado entre os membros das sociedades de caça e pesca. Foi fundamental o apoio dessas sociedades e de personalidades importantes na época para que Roessler fosse absolvido.

A continuidade da fiscalização

Roessler venceu o processo, porém sua vitória veio depois de uma grande derrota. Em dezembro de 1954, foi dispensado dos cargos de Delegado Florestal e de Fiscal de Caça e Pesca. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União vigente na época[57] , em seu 4º Artigo, determinava: “É vedada a prestação de serviços gratuitos”. Já no Artigo 2º conceituava funcionário público como “pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres da União”. Dessa forma, Roessler não poderia mais exercer seu cargos de fiscalização, pois não recebia remuneração para isso.

A destituição dos cargos foi uma amarga notícia para o Fiscal. Como continuar a vida sem poder mais adentrar o mato para impedir que os caçadores matassem os passarinhos? Depois de quinze anos cumprindo esse dever, que considerava um ideal, não queria parar, ainda possuía forças para dar continuidade ao trabalho. A solução encontrada por ele, ao observar exemplos na Alemanha, Estados Unidos e mesmo no Brasil, foi a fundação de uma entidade por meio da qual pudesse atuar. Após alguns dias de abatimento, criou a UPN em 1º de janeiro de 1955, menos de um mês depois de ser dispensado. Pelo que foi pesquisado até o momento, trata-se da primeira entidade de proteção à natureza - em sentido amplo - do Rio Grande do Sul[58] .

Roessler ficou sem poder fiscalizar tanto as infrações florestais quanto a pesca e a caça. No entanto, procurou formas de contornar as limitações do contexto social. Em 1º de janeiro de 1955 fundou a UPN e, em fevereiro do mesmo ano, tentou reaver a credencial para continuar fiscalizando a caça e pesca. Para isso, novamente recorreu à sua rede de relações, através da correspondência. Escreveu para o Diretor da Divisão de Caça e Pesca, Ascanio Faria. Na carta, Roessler mencionou que, em virtude da dispensa, criou a União Protetora da Natureza, “às pressas para acolher os idealistas da extinta guarda florestal”[59] . Os primeiros sócios da UPN foram os ex-delegados e guardas florestais do Rio Grande do Sul. A entidade representava um meio para continuar atuando, no entanto, sem a credencial que autorizasse seus membros a exercer a fiscalização, estes não poderiam lavrar autos nos locais de infração. O artigo 73 do Código de Caça e Pesca não era suficiente para permitir isso[60] .

Roessler pediu ao diretor que estudasse um meio de credenciá-los como fiscais. Em seu caso particular, como era “funcionário da União, com vencimentos, lotado como Capataz na Capitania do Porto de Porto Alegre, subordinada ao Ministério da Marinha”, poderia ser enquadrado no art. 44 § 1º do Código de Caça[61] , desde que fosse incumbido da fiscalização. Roessler apelava ao “ilustre amigo, que me conhece há tantos anos, sabe que seria um tremendo golpe para mim ficar excluído da Caça e Pesca”[62] . O problema era como enquadrar os outros fiscais do Estado, dos quais muitos não eram funcionários públicos. Havia mais uma dificuldade, em relação à fiscalização da pesca, porque o código 75 do Código de Pesca mencionava que ela poderia ser realizada por funcionários nomeados pelo Governo[63] . Para Roessler, “a fiscalização da pesca precisa[va] ser feita pelos

mesmos fiscais da caça, especialmente nas lavouras de arroz, que destroem os filhotes de peixes durante o período das aguadas”. Também para esse impasse, ele esperava que Faria encontrasse uma solução, a fim de aproveitar seus companheiros.

O assunto da fiscalização foi “resolvido satisfatoriamente pelo Dr. Meira”, nos meses seguintes. Em setembro de 1955, a credencial já estava recuperada, agora emitida pela Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. O acordo firmado entre a Secretaria Estadual e o Ministério Federal da Agricultura implicava o envio de verbas, por parte do órgão federal, no entanto, essas estavam atrasadas, como já acontecia quando a responsabilidade era da União. Essa intermediação através de cartas para conseguir a nomeação mostra o nível precário (quase inexistente) de organização da fiscalização no Estado. Tratando-se de uma função policial, necessária para conter os infratores das legislações já existentes, isso demonstrava o descaso para com os elementos naturais. Se a situação era difícil quando Roessler era vinculado à União, quando a fiscalização passou a ser controlada pela Secretaria de Agricultura estadual as condições devem ter ficado bem piores. O Serviço de Caça e Pesca se encontrava em “situação de penúria (...). Estamos impedidos de viajar, a não ser por conta própria, o que vem em puro proveito dos infratores, que reiniciam os abusos em grande escala”[64]. Como podemos ver, o descaso com a fiscalização, expresso no atraso das verbas necessárias, partia do próprio Estado. A boa notícia era que, nove meses após sua fundação, a UPN já estava forte, contando com 160 associados, e ele já havia solicitado a todos os jornais do Estado a publicação de propaganda educativa[65].

Considerações finais

A tática encontrada por Roessler para ser absolvido foi a busca de apoio em sua rede de relações, através da correspondência. Nos dois momentos mais difíceis de sua trajetória, o acidente, o processo judicial e a destituição dos cargos de fiscalização, essa rede esteve presente, prestando-lhe ajuda, muitas vezes solicitada pelo próprio Roessler. Como vimos, ele se utilizava do expediente das cartas aos colegas e superiores de trabalho, a autoridades policiais e políticas (do PTB e PRP), e às sociedades de caça e pesca do Estado solicitando apoio moral e financeiro. Somente com o suporte dado por essa rede é que ele conseguiu superar o mais duro “transe” de sua vida (como mencionou na carta a Wolfram Metzler): o processo movido pelos caçadores de passarinhos.

No episódio do acidente, começaram a ser consolidadas as categorias de “abnegado”, “mutilado”, “aleijado”, “herói”, “pioneiro”, através das correspondências enviadas por apoiadores e que seriam repetidas inúmeras vezes pelo próprio Roessler e por simpatizantes após sua morte. Durante o processo judicial, foram cruciais os depoimentos de apoio de colegas, superiores, caçadores, autoridades e políticos, para que Roessler fosse absolvido. Especialmente decisivas foram as manifestações de “caçadores responsáveis” e de políticos de diversos partidos. Quando precisou de ajuda, utilizou as cartas para solicitar favores – finalidade comum destas – a um grupo bastante heterogêneo. Em maior número, as sociedades de caça e pesca, visando uma relação amigável com o fiscal, apoiaram-no veementemente, algumas delas chegando a designá-lo Presidente de Honra. Apesar de ser a autoridade de fiscalização, Roessler não era contrário à caça, desde que realizada de acordo com a lei, pelos caçadores responsáveis, os “verdadeiros caçadores”. Outro aspecto a ressaltar é que a troca de correspondência não obedecia à filiação partidária: pedia ajuda tanto a políticos do PTB – partido do qual dizia ser correligionário – quanto de outros partidos, como o PRP, do deputado federal Wolfram Metzler.

A troca de correspondências com sua rede de relações foi muito importante para que Roessler pudesse vencer as dificuldades e continuar mobilizando energia pessoal em seu projeto protecionista. Com a prova da abnegação no próprio corpo – a perda da perna no acidente – e a ajuda de simpatizantes, ele pode continuar a fiscalização da caça e da pesca, até a morte em 1963. Mesmo depois de ser dispensado dos cargos de Delegado Florestal e Fiscal de Caça e Pesca, mobilizou seus contatos profissionais, por meio da correspondência, conseguindo, com isso, dar sequência à fiscalização, com uma credencial da Secretaria de Agricultura do Estado. Através dessa rede, também foi possível uma extensa construção sobre suas memórias – iniciada pelo próprio Roessler – que o alçaria a “pioneiro da ecologia” no Rio Grande do Sul.

NOTAS:

- [1] Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida em meu mestrado, quando escrevi uma biografia histórica de Henrique Luiz Roessler, sob orientação da Prof^a. Regina Weber. PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza: Trajetória e Memória de Henrique Luiz Roessler*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011.
- [2] Jornal fundado em 1895, em Porto Alegre. No contexto em que Roessler viveu, foi um dos jornais de maior circulação do Estado. Nos anos 1930, “alcança a supremacia no Rio Grande do Sul, com mais de 35 mil exemplares ao dia”. KARAWJCZYK, Mônica. *O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História PUCRS, 2008, p. 90.
- [3] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- [4] CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 46-47.
- [5] FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1995, p. 145.
- [6] GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 54.
- [7] RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 21, 1998, p. 35.
- [8] ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 21, 1998, p. 10-11.
- [9] VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 40.
- [10] Ibidem, p. 47.
- [11] SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 34.
- [12] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 248-49.
- [13] BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. Código de Pesca. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=23799>>. Acesso em 30 de dezembro de 2010; BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.894, de 20/10/1943. Código de Caça. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=415862&seqTexto=1&PalavrasDestaque>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.
- [14] No APHR, não consta documentação sobre essa campanha de 1952. Como veremos a seguir, outra campanha, ainda mais violenta, seria organizada contra Roessler, em 1954.
- [15] SOCIEDADE CANOENSE DE CAÇA, PESCA E TIRO. Carta a Carlos Costa Meira. Canoas, 14/03/1952 (APHR).
- [16] SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA PESCADOR. Carta a Henrique Roessler. Frederico Westphalen, 10/09/1953 (APHR).
- [17] SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA DE PANAMBI. Carta a Henrique Roessler. Panambi, 15/05/1954 (APHR). A Sociedade estava sendo constituída para “terminar de uma vez por todas com os caçadores clandestinos (...) neste distrito de Cruz Alta, onde estamos completamente sem fiscalização por parte do Delegado Florestal Municipal bem como do Guarda-Florestal deste Distrito, que não se importa com o serviço e a fiscalização, e sim, comentários constam que o mesmo fornece licença provisória, cobrando uma certa taxa”. Aqui se encontra mais uma queixa aos funcionários florestais em geral; já Roessler era diferente, admirado pelos caçadores de Panambi por sua “fiscalização sem tréguas”.
- [18] TSCHIEDEL, Walter. Carta a Henrique Roessler. Porto Alegre, 06/08/1953 (APHR).
- [19] SILVA, Luciano Pereira. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/10/1953 (APHR).
- [20] Ibidem.
- [21] Inúmeros textos, manifestações e lugares de memória dedicados a Roessler tratam-no como “pioneiro da ecologia”, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Sobre essa construção de memórias, ver PEREIRA, Op. Cit.
- [22] ROESSLER, H. Juramento de Proteção. *Boletim Renner*, Jan/1957 (Museu Visconde de São Leopoldo).
- [23] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista brasileira de História* [online]. 1998, vol.18, n.35, pp. 329-360. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881998000100015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.
- [24] Perícia de João Boldo, In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Inquérito Policial nº 73/54. Caxias do Sul, aberto em 30/03/1954 (APHR).
- [25] Perícia de Rico Zanesi, In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.
- [26] Declarações iniciais de Rico Zanesi. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.
- [27] Declarações iniciais de João Boldo. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.
- [28] Declarações de Henrique Roessler. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.
- [29] Ibidem.
- [30] DIÁRIO DO NORDESTE. Caxias do Sul, 31/03/1954 (APHR).
- [31] ROESSLER, H. Ofício a Sociedades de Caça e Pesca do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, datas diversas, 1954 (APHR).
- [32] DIÁRIO DO NORDESTE. Aumenta a onda de revolta e indignação contra Henrique Luiz Roessler. Caxias do Sul, 02/04/1954 (APHR).

- [33] ROESSLER, H. 1954. Op. Cit.
- [34] MOELLER, Ernesto. Telegrama a Getúlio Vargas. São Leopoldo, 05/04/1954 (APHR).
- [35] SOCIEDADES DE CAÇA E PESCA DO RS. (11) Listas de contribuição a Roessler. Datas diversas (APHR).
- [36] Valor equivalente a cerca de treze salários mínimos da época. JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. Série Histórica do Salário Mínimo-Valor. Disponível em: <<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 2010.
- [37] A. J. RENNER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO. Atestado. Porto Alegre, 20/04/1954.
- [38] MEIRA, Carlos Costa. Certidão enviada ao Diretor Geral da Divisão de Produção Animal. Porto Alegre, 14/06/1954, Folha 1 (APHR).
- [39] Ibidem, Folha 2.
- [40] Para consultar depoimentos orais sobre Roessler, ver PEREIRA, 2011.
- [41] MEIRA. Op. Cit. Folha 4.
- [42] MEIRA. Op. Cit. Folhas 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 24.
- [43] MEIRA. Op. Cit. Folhas 7 e 20.
- [44] ROESSLER, H. Carta a Cylon Rosa. São Leopoldo, 04/05/1954 (APHR).
- [45] MEIRA. Op. Cit. Folha 26.
- [46] ROSA, Cylon. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 04/06/1954 (APHR).
- [47] MEIRA. Op. Cit. Folha 11.
- [48] Metzler foi preso em 1942, acusado de porte ilegal de arma, de ser ex-membro integralista, e simpatizante do nazismo; ficou cem dias preso na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Em 1944, sofreu um processo de perda de nacionalidade brasileira. (...) Wolfram esteve na Alemanha num período de intensa campanha de Hitler, quando o nacional-socialismo ganhava espaço e conquistava um contingente considerável de adeptos. Diante da campanha de reconstrução e avanço alemão, os ideais nazistas entusiasmavam milhões de pessoas; por isso, ao retornar ao Brasil, buscou aproximar-se do movimento político brasileiro que propagava ideais fascistas, o integralismo TONINI, Veridiana Maria. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, 2003, p.53.
- [49] ROESSLER, H. Carta a Wolfram Metzler. São Leopoldo, 11/06/1954 (APHR).
- [50] METZLER, Wolfram. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/07/1954 (APHR).
- [51] A carta anônima a que Roessler se referia era datada de 17 de junho de 1954 e foi assinada pelo “Passarinheiro disposto de Caxias do Sul”, que já havia enviado outra em 1952. As cartas expressam um ódio intenso contra Roessler, através de termos de baixo calão, e de ameaças à vida do Delegado Florestal, e deixa claro que o motivo das desavenças era político e étnico. Roessler chama os caçadores de “passarinheiros” e estes assumem a designação exógena, transformando a conotação negativa em positiva. POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 145.
- [52] ROESSLER, H. Carta a Mário Fonseca. São Leopoldo, 03/09/1954 (APHR).
- [53] Ibidem.
- [54] COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Julgamento Final do Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Sentença em 13/11/1955. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).
- [55] Ibidem.
- [56] COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Acórdão referente ao Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Acórdão em 25/10/1956. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).
- [57] BRASIL. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm>. Acesso em: 16 de dezembro de 2010.
- [58] Antes disso, havia a Associação Rio-grandense de Proteção dos Animais (ARPA), fundada por Palmira Gobbi Dias, em 1934, no entanto, ficava restrita à proteção dos animais. Houve também sociedades ligadas a padres e imigrantes alemães, no final do século XIX, início do XX, que se envolveram com preservação florestal, segundo RAMBO, Arthur Blasio. Imigração Alemã e Ecologia. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Vol. 30, n 136, 1994. Já a proposta da UPN incluía todos os elementos naturais disponíveis, indo além da preservação, tratando temáticas como os efeitos da moda na natureza, a bioética e direitos dos animais, os problemas causados pelo progresso e grandes cidades, etc. Além disso, basearia suas atividades na educação, para que crianças e adultos aprendessem a respeitar e amar a natureza.
- [59] ROESSLER, H. Carta a Ascanio Faria. São Leopoldo, 12/02/1955 (APHR).
- [60] Texto do Art. 73: “Os funcionários e extranumerários da Divisão de Caça e Pesca, os guardas- caça particulares, as autoridades administrativas ou policiais da União, dos Estados e dos Municípios e seus agentes ou qualquer pessoa do povo, podem efetuar a prisão em flagrante de contraventores dos dispositivos deste Código, conduzindo-os à repartição policial mais próxima à disposição da autoridade competente para o processo” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).
- [61] Texto do § 1º do Art. 44: “Poderão ser incumbidos dessa fiscalização os funcionários da União, dos Estados e dos Municípios e, dentro das respectivas propriedades, os proprietários rurais ou seus prepostos e guardas-caça” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).
- [62] ROESSLER. 12/02/1955. Op. Cit.
- [63] Texto do Art. 75: “A fiscalização técnica da pesca obedecerá às instruções organizadas pelo Serviço de Caça e Pesca e será exercida em todo o território nacional por funcionários nomeados pelo Governo” (BRASIL, Decreto-Lei nº 794, 19/10/1938).
- [64] ROESSLER, H. Carta a Eslava Wild de Faria. São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).
- [65] Ibidem.

© 2002 - 2011 Revista Cantareira - Todos os direitos reservados.
Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.
Esta obra pode ser obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.
